



Folha nº
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

PROTOCOLO 01-238848/2025

PARECER Nº. 053/2025-DP-4

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/25 –
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA
MINISTRAR CURSOS DE
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO BIM
COM REVIT E AUTOCAD -
CUMPRIMENTO DAS
FORMALIDADES LEGAIS DA LEI
DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E
REQUISITOS DA LEI 13.303/2016 E
REGULAMENTO INTERNO DE
LICITAÇÕES, CONTRATOS E
CONVÊNIOS.**

Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para ministrar cursos, visando a capacitação e formação dos empregados da Companhia em sistema BIM com Revit e AutoCAD, nos termos do estudo técnico preliminar e termo de referência anexados.

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no estudo preliminar e no termo de referência, conforme norma contida no inciso II, do artigo 29 da Lei de Licitações (Lei nº 13.303/2016)¹, visto que o objeto da presente se enquadra nas hipóteses de dispensa de licitação, haja visto que a contratação do serviço a ser realizado **não**

¹ “Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

....”



ultrapassa o limite de R\$ 71.000,00 previsto e atualizado no Regulamento Interno de Licitações da Companhia, nos termos de seu Art. 122, II e § 5º.

A dispensa da licitação se aplica quando, embora viável a competição, a licitação é inadequada ao interesse público e evidencia, assim, a sua discricionariedade, caracterizando-se como uma liberdade concedida à administração para, com base em juízo de conveniência e oportunidade, optar entre realizar ou não a licitação.

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, estando o procedimento de dispensa regularmente instruído com estudo técnico preliminar contemplando justificativa quanto a necessidade da contratação, a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela, bem como autorização de Diretoria Executiva.

De igual forma, observa-se que, foram acostados ao processo pesquisa de preços para os serviços em tela, demonstrando que estão de acordo com a prática de mercado, e ainda, que os valores apresentados são compatíveis com o limite legal estabelecido para a dispensa de licitação, não havendo óbice jurídico para sua execução.

O processo foi remetido ao Controle Interno da empresa, que atestou a regularidade e o cumprimento das disposições do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme mov. 7.11.

Entretanto, com amparo em decisão do Tribunal de Contas do Estado que exarou entendimento quanto às restrições para a qualificação de empregados ocupantes de cargos em comissão, o Controle Interno pontuou quanto a necessidade de autorização e justificativa da Diretoria Executiva, motivando a decisão no que tange à pertinência das atividades relacionadas e a razoabilidade quanto a duração do curso, segundo a oportunidade e conveniência quanto a autorização.

Diante disto, entende essa Supervisão Jurídica que o procedimento de dispensa atende as exigências contidas no Artigo 122 e 126, do RILC e fundamentada nas disposições do Inciso II, do artigo 29 da Lei nº 13.303/2016, bem como amparada



Folha nº:
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

nas disposições do Art. 122, II e § 5º, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, remetendo o presente para Comissão de Licitação para dar continuidade ao presente.

Curitiba, 16 de outubro de 2025.

Sandra R. S. Romaniello

Supervisão Jurídica

OAB-PR 18190

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-238848/2025 - por Davidson José Moulepes - Matrícula 81599 em 13/03/2026 às 10:39:53



PROTOCOLO 01-238848/2025

Ref.: Dispensa Licitação – Curso de Qualificação – Justificativa e Motivação:

Em atendimento ao apontamento exarado pela Controladoria da Companhia, relativamente a contratação de curso de qualificação para os cargos de Coordenação de Projetos e Assessoria de Gestão Ambiental, a Diretoria Executiva manifesta o interesse na disponibilização do curso de qualificação e aprimoramento de colaboradores, visando a capacitação em sistemas digitais que não somente atendem às exigências dos órgãos responsáveis pela análise e aprovação dos processos, como também representam maior agilidade, certeza e precisão nas informações e dados relacionados aos processos de regularização das áreas, implicando ainda em eliminar eventuais apontamentos e a necessidade de novos levantamentos e refazimento de trabalhos e fases.

No que tange aos profissionais beneficiados com tal qualificação, é de se considerar que correspondem a colaboradores responsáveis pelos processos de regularização fundiária desde os estudos de viabilidade e condições para a regularização, estabelecem os planos de trabalhos e cronogramas para tais processos, bem como são responsáveis pelo controle e execução dos procedimentos e fases que integram o processo de regularização.

De outra vertente, o prazo de duração dos cursos se deve ao fato de ser ministrado na forma virtual e em períodos e horários que estejam adequados às atividades dos colaboradores junto a própria Companhia e no interesse desta, posto que as atividades vão ser direcionadas às rotinas e processos da empresa. O período de duração também está vinculado ao prazo de disponibilização dos softwares de forma gratuita para a aplicação das atividades do curso, aplicação prática nos fluxos e rotinas internas da empresa e nas exigências dos órgãos competentes para aprovação.

Nestas condições, a Diretoria Executiva é de parecer pela necessidade de disponibilizar tais cursos como mecanismos de aprimoramento dos empregados diretamente envolvidos com tais processos, visando a melhoria dos serviços, impactando na eficiência, economicidade e agilidade de tais processos, permitindo que se alcance maior eficácia com apoio destas tecnologias e metodologias e atraindo melhores resultados.

José Lupion Neto
Diretor Presidente

Fernando Laporte Stephanes
Diretor Administrativo e Financeiro